



## ESTADO DO PARÁ TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

---

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 31/2017/TCM-PA, de 29 de agosto de 2017.**

**EMENTA:** DISCIPLINA OS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE EXTERNO, DESTE TCM-PA, NAS OCORRÊNCIAS DE INADIMPLEMENTO QUANTO À REMESSA DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS QUADRIMESTRAIS E BALANÇO GERAL, NA FORMA E PRAZOS ESTABELECIDOS, VINCULADOS AOS PODERES E DEMAIS UNIDADES GESTORAS MUNICIPAIS, A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma **art. 2º, II, da Lei Complementar nº. 109, de 27 de dezembro de 2016 e art. 3º, do Regimento Interno (Ato nº. 19)**, por intermédio desta Resolução Plenária, de cumprimento obrigatório, e,

**CONSIDERANDO** que é dever constitucional e legal, atribuídos aos Chefes de Poderes Municipais e demais gestores públicos, responsáveis pela aplicação dos recursos municipais, em prol da população, o encaminhamento das prestações de contas e dos instrumentos de planejamento e execução orçamentária, junto ao TCM-PA, na forma e prazos estabelecidos, pelas normas de regência;

**CONSIDERANDO** que a inadimplência no envio das prestações de contas impede esta Corte de exercer suas competências no controle externo dos municípios do Estado do Pará;

**CONSIDERANDO** a necessidade de resposta à sociedade civil, quanto à verificação de regularidade das ações exercidas, pela Administração Pública, na execução dos orçamentos e políticas públicas, através do concomitante controle externo, preconizado por esta Corte de Contas;

**CONSIDERANDO** a adoção preliminar e reiterada de medidas, por este TCM-PA, objetivando assegurar o cumprimento do dever legal de prestação de contas, por seus jurisdicionados, com a prorrogação de prazos, expedição de alertas e notificações prévias;

**CONSIDERANDO** a previsão de penalidades pecuniárias, previstas nos termos dos artigos 71, inciso I; 72, incisos V e VII, da LC nº 109/2016 c/c art. 284, do RITCM-PA (Ato nº 19/2017).

**RESOLVE:** APROVAR A PRESENTE RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA, QUE DISCIPLINA OS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE EXTERNO, DESTE TCM-PA, NAS OCORRÊNCIAS DE INADIMPLEMENTO QUANTO À REMESSA DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS QUADRIMESTRAIS E BALANÇO GERAL, NA FORMA E PRAZOS ESTABELECIDOS, VINCULADOS AOS PODERES E DEMAIS UNIDADES GESTORAS MUNICIPAIS, A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, NOS SEGUINTE TERMOS:



# ESTADO DO PARÁ

## TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

---

### CAPÍTULO I

#### DO OBJETO E ALCANCE

**Art. 1º.** Através da presente Resolução Administrativa, ficam homologados e instituídos, a partir do exercício de 2017, os procedimentos de controle externo, deste TCM-PA, nas ocorrências de inadimplemento, quanto à remessa das prestações de contas quadrimestrais e balanço geral, na forma e prazos estabelecidos, apurados através do monitoramento concomitante das Controladorias, de caráter impositivo e vinculativo, asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Constituição Federal, da Lei Complementar n.º 109/2016 e do Regimento Interno, deste TCM-PA.

**Art. 2º.** Fica ratificada, na forma prevista pela Constituição Federal e demais normas inferiores, a obrigatoriedade de encaminhamento, ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, das prestações de contas de gestão, na forma e prazo estabelecidos, pela LC n.º 109/2016; Regimento Interno (Ato n.º 19/2017) e Resolução n.º 02/2015/TCM-PA (alterada pela Resolução n.º 029/2016/TCM-PA), separadamente:

I – O chefe do Poder Executivo, quando gestor, ou do gestor legalmente designado, em conjunto com os demais gestores integrantes do Poder Executivo;

II – O chefe do Poder Legislativo, quando gestor, ou do gestor legalmente designado;

III – Os gestores das Autarquias e Fundações, instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

IV – Os gestores dos Fundos de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB; dos Fundos Municipais da Educação – FME; dos Fundos Municipais da Saúde – FMS; dos Fundos Municipais de Assistência Social – FMAS e os gestores dos demais Fundos e Órgãos da Administração Pública Municipal;

V – Os gestores responsáveis pelos entes da Administração Indireta, instituídos ou autorizados por lei, sob a forma de autarquias ou outras formas jurídicas congêneres;

**§1º.** As Unidades Orçamentárias prestarão contas em conjunto com a prestação de contas do Poder Executivo;

**§2º.** Quando for do interesse da Administração Municipal que, os fundos a que se refere o inciso IV, prestem contas separadas do Poder Executivo, deverá ser solicitado o credenciamento do respectivo órgão, junto ao sistema informatizado do Tribunal, cujo requerimento deve conter, no mínimo, a indicação da Unidade Gestora; o número de inscrição do CNPJ/MF; o ordenador responsável e a data de início da prestação de contas individualizada, bem como estar acompanhado da lei de criação do mesmo.

**§3º.** É obrigatório o encaminhamento das prestações de contas das unidades gestoras municipais, referenciadas neste artigo, junto ao TCM-PA, ainda que inexista execução contábil, orçamentária e financeira, no exercício.



# ESTADO DO PARÁ

## TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

---

### CAPÍTULO II

#### DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE EXTERNO

**Art. 3º.** Serão enquadrados, nos procedimentos e demais sanções, fixadas nesta Resolução Administrativa, os Chefes de Poderes e demais gestores, que deixarem de proceder com o encaminhamento das prestações de contas quadrimestrais e Balanço Geral, na forma e prazos, fixados pelo TCM-PA, a partir do exercício de 2017, destacadamente:

I - as contas quadrimestrais de gestão, no prazo fixado no art. 103, V, do RITCM c/c art. 3º da IN n.º 01/2009-TCM-PA;

II – as contas de governo (Balanço Geral), no prazo fixado no art. 103, VI, do RITCM;

**Art. 4º.** Os procedimentos estabelecidos na presente Resolução, serão deflagrados de ofício, pela respectiva Controladoria, mediante a adoção, sucessiva, das seguintes providências:

I – expedição de notificação preliminar, ao gestor responsável, por meio do Sistema de Processo Eletrônico - SPE, cientificando-lhe da omissão no dever de prestar contas e da cominação de multa, *pro rata die*, para apresentação das respectivas prestações de contas;

II – expedição de cópia da notificação, prevista no inciso I, concomitantemente, ao responsável pelo Controle Interno, de cada unidade do Poder Municipal, para ciência e adoção de medidas corretivas, tendo vista as atribuições previstas no art. 57, da Lei Complementar n.º 109/2016, sob pena de responsabilidade solidária, nos termos do art. 74, §1º, da CF/88 c/c art. 58, da LC n.º 109/2016.

III – expedição de notificação, ao gestor responsável, para pagamento de multa, cuja apuração – período de atraso e valores culminados – com base no previsto no §2º e *caput* do art. 8º desta Resolução Administrativa, serão informados, automaticamente, observada a gradação, pelos sistemas informatizados, deste TCM-PA, e consignados em boleto bancário.

**§1º.** As notificações previstas nos incisos I a III, do art. 4º, serão, obrigatoriamente, assinadas pelos respectivos Conselheiros-Relatores, na forma regimental.

**§2º.** O boleto bancário, previsto no inciso III do art. 4º, será emitido pelos Gabinetes dos Conselheiros-Relatores, ou por unidade administrativa, deste TCM-PA, que venha a ser designada, para tal fim, através de Ordem de Serviço da Presidência.

**Art. 5º.** Após o encerramento do prazo para remessa do 3º Quadrimestre, de cada exercício, considerado, para tal fixação os prazos de notificação e resposta de não remessa, estabelecidos no fluxo do SPE, não havendo a regularização no encaminhamento das prestações de contas quadrimestrais, proceder-se-á com o bloqueio do Sistema SPE-Remessa e a instauração da Tomada de Contas Especial de Gestão, em desfavor do ordenador responsável e, conforme o caso, solidariamente, do Chefe do Poder e do responsável pelo Controle Interno.



## ESTADO DO PARÁ TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

---

**Art. 6º.** Após o encerramento do prazo para remessa do Balanço Geral, sob responsabilidade do Chefe do Executivo Municipal, consignada a inadimplência do mesmo, proceder-se-á, com sua notificação, através do Sistema SPE, para apresentação da documentação correlata, na forma legal e regimental, sob pena de imediata instauração da Tomada de Contas Especial de Governo, disciplinada em ato próprio deste TCM-PA.

**Art. 7º.** Independentemente das providências fixadas nos artigos 4º, 5º e 6º, desta Resolução, constatada a omissão dos Chefes de Poder e demais gestores municipais, em adotar as providências com vistas à regularização na remessa das prestações de contas, poderão ser adotadas as seguintes medidas, simultaneamente:

**I** – Publicação, junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, dos ordenadores inadimplentes;

**II** - Encaminhamento de notificação ao Poder Executivo Estadual para fins de suspensão dos repasses voluntários aos municípios, nos termos da Lei Estadual n.º 6.286/2000 e do art. 40, §6º, da Lei Complementar nº 109/2016;

**III** - Encaminhamento de notificação ao Poder Legislativo e ao Ministério Público Estadual, informando da inadimplência, quando o ordenador for Chefe do Poder Executivo Municipal e estiver ainda como gestor, advertindo da possibilidade de intervenção municipal, conforme art. 1º XIX, da Lei Complementar nº 109/2016;

**IV** - Expedição de Medida Cautelar com bloqueio da movimentação das contas bancárias do Poder Legislativo ou do Executivo e respectivas entidades da administração indireta, em obediência ao art. 40, §5º c/c art. 96, inciso IV, da Lei Complementar nº 109/2016;

**V** – Inclusão do ordenador responsável, junto ao Cadastro Eletrônico de Inadimplentes - CEI, nos termos do art. 50, da Lei Complementar nº 109/2016.

### CAPÍTULO III DAS MULTAS

**Art. 8º.** Com fundamento nos artigos 71, inciso I; 72, incisos V e VII, ambos da LC n.º 109/2016 c/c os artigos 283 e 284, do RITCM-PA (Ato n.º 19/2017), será fixada, multa diária, no importe de 15 (quinze) Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará – UPFPA, aplicada monocraticamente, pelo Conselheiro-Relator, em desfavor dos Chefes de Poder e gestores municipais responsáveis, até o limite de 1.500 (um mil e quinhentas) Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará – UPFPA.

**§1º.** A multa fixada, no caput deste artigo, será apurada e aplicada por competência quadrimestral.

**§2º.** Para fins de apuração da multa pecuniária por quadrimestre, será considerado como marco inicial de contagem, o primeiro dia útil subsequente ao encerramento do prazo regimental, para apresentação das prestações de contas quadrimestrais e balanço geral e, como marco final, a data de protocolo, no sistema SPE, da respectiva documentação.



# ESTADO DO PARÁ

## TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

---

**§3º.** O boleto bancário, previsto no inciso III do art. 4º, desta Resolução, consignará o prazo máximo de 30 (trinta) dias, para quitação, sob pena de encaminhamento à execução judicial.

**Art. 9º.** Com fundamento nos artigos 71, inciso I; 72, incisos V e VII, ambos da LC n.º 109/2016 c/c art. 284, parágrafo único, do RITCM-PA (Ato n.º 19/2017), consignada a omissão no dever de prestar contas, com a instauração da Tomada de Contas Especial, ficará sujeito, o responsável, ao pagamento de multa de 1.501 (um mil, quinhentas e uma) a 3.000 (três mil) Unidades Padrão Fiscal.

### CAPÍTULO IV

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 10.** A critério do Conselheiro-Relator, poderão ser realizadas diligências, inspeções ou outras providências, junto ao município e respectivas unidades gestoras, para verificação das irregularidades e levantamentos documentais, necessários à melhor instrução e apuração dos fatos, no exercício do controle externo, deste TCM-PA.

**Art. 11.** Os casos omissos ou não previstos nesta Resolução, serão dirimidos mediante deliberação do Colegiado.

**Art. 12.** Esta Resolução entra em vigor na data da sua aprovação, com efeitos retroativos à 01/01/2017.

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 29 de agosto de 2017.**

**Luis Daniel Lavareda Reis Junior**  
Conselheiro / Presidente

**Mara Lúcia Barbalho da Cruz**  
Conselheira / Vice-Presidente

**José Carlos Araújo**  
Conselheiro / Corregedor

**Aloísio Augusto Lopes Chaves**  
Conselheiro / Ouvidor

**Sebastião Cezar Leão Colares**  
Conselheiro

**Antonio José Costa de Freitas Guimarães**  
Conselheiro

**Francisco Sérgio Belich de Souza Leão**  
Conselheiro

**Publicado no DOE TCM-PA, Edição nº 165, em 31/08/2017.**